

# Parlamentarismo ganha na Comissão

Regime só será presidencial se Governo tiver 280 votos no Plenário

O primeiro embate entre presidencialistas e parlamentaristas na Comissão de Sistematização mostrou que a tese do regime de gabinete já seduziu a maioria dos constituintes. A primeira emenda presidencialista votada, de autoria do deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), foi derrotada por 57 votos a 36, num plenário ainda sob o efeito das palavras emocionadas do senador Afonso Arinos (PFL/RJ) em defesa do parlamentarismo.

Aos presidencialistas só resta agora tentar modificar o texto de Cabral no plenário da Constituinte, quando terão que reunir 280 votos em defesa de sua tese. É com esta remota possibilidade que estão contando os presidencialistas mais otimistas. "Temos esperança, porque o perfil do plenário não é o mesmo da Sistematização", afirmou o deputado Theodoro Mendes (PMDB/SP), autor de outra emenda presidencialista.

Theodoro esperou o encaminhamento de sua proposta mas decidiu retirá-la antes da votação. Uma nova tentativa de introduzir o presidencialismo no texto de Cabral, de autoria do deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ), não foi melhor sucedida. Recebeu apenas 11 votos a favor, 61 contra e 16 abstenções.

A defesa do parlamentarismo, feita por Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), Bonifácio de Andrade (PDS/MG) e Roberto Freire (PCB/PE), além de Arinos, seguiu uma linha comum de raciocínio. Os parlamentaristas apontam este sistema de governo como o mais adequado para permitir que o País supere suas crises da forma menos traumática possível.

## SANT'ANNA

Já os presidencialistas utilizaram os mais varia-

dos argumentos em favor de sua tese, dos quais o mais surpreendente partiu do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB/BA). Ao encaminhar a favor da emenda de Vivaldo, ele sugeriu a ameaça de golpe por parte do primeiro presidente eleito no parlamentarismo.

— Quando eleito e empossado ele tomará o mais rápido possível as providências para acabar com o parlamentarismo, nos levando a um impasse, a uma crise de proporções imprevisíveis — disse Sant'Anna. Antes, já havia questionado a soberania da Constituinte para modificar a forma de governo.

— Mudança deste tipo só poderia ser feita se houvesse uma determinação explícita aos constituintes, através de plebiscito, por exemplo — afirmou Sant'Anna sem criticar em momento algum o parlamentarismo.

## LULA

O deputado Luis Ignácio Lula da Silva (PT/SP) foi outro que não atacou o parlamentarismo para defender o presidencialismo. Afirmando que este não é o assunto que lhe apasiona, por não ser "o tema principal que norteia as conquistas da classe trabalhadora", Lula anunciou que falaria contra a aberração de os parlamentaristas apresentarem a mudança de regime como a "panacéia" para os problemas brasileiros.

— O Brasil só vai mudar quando mudar a cabeça dos políticos brasileiros, que é de negociata de cargos — afirmou o presidente do PT. Na sua opinião, a campanha pelas diretas e a Nova República não mudaram em nada a vida da população, assim como o parlamentarismo também não o fará.

EUGENIO NOVAES



Ruidosos, os parlamentaristas comemoraram por muito tempo o resultado

## Sarney deve endurecer a disputa no Plenário

Repousa na pessoa do presidente Sarney toda a expectativa do Governo em manter o presidencialismo com a derrubada, no plenário da Constituinte, da decisão da Comissão de Sistematização pelo parlamentarismo, mas o Planalto ainda não revelava ontem a disposição de endurecer o jogo.

Em recado a intimos, o Presidente informou porque não usou a força do Governo para endurecer o jogo desde a Sistematização. "Não seria legítimo", explicou Sarney que não gostaria de ser acusado de trabalhar contra a soberania dos constituintes, embora a maioria deles dependa da atenção concedida pelo Planalto, inclusive na forma de empregos.

A manutenção da mesma postura em relação ao ple-

nário é ainda uma incógnita, mas, se depender de amigos e assessores, o Presidente engrossa; o que poderia ser feito a partir de contatos pessoais entre ele e os ocupantes de uma lista com mais de 300 constituintes que seriam a favor do presidencialismo — a sentença final do plenário depende do apoio de pelo menos 280 constituintes.

A lista circula pelo Planalto e seus membros poderiam começar a ser convocados para uma conversa com Sarney antes que se estabeleça um ambiente geral de conformismo ao Governo com o parlamentarismo e a redução do mandato atual a quatro anos com a eleição do sucessor dentro de 12 meses e meio.

"E preciso agir antes que tudo isso se transforme nu-

ma bola de neve", recomendou um amigo do Presidente, preocupado com a divulgação, na edição de ontem do *Jornal do Brasil*, de uma declaração em que o senador José Richa (PMDB-PR) atribuiu ao chefe do SNI, general Ivan Mendes, a informação de que os militares desejam eleição presidencial dentro de um ano antes que se estabeleça uma convulsão social em 1989.

A declaração do senador Richa ecoou no Planalto como uma tentativa deliberada de influir no resultado da decisão que os constituintes da Sistematização adotariam ontem mesmo quanto ao sistema de governo de impulsionar a bola de neve que tornaria irreversível o regime de gabinete e o mandato de quatro anos.

## Emenda criaria sistema misto

Um presidencialismo parlamentarizado. Foi com esta fórmula, que disse de equilíbrio, que o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) tentou atrair ontem a faixa de indecisos composta pelos que discordam do presidencialismo vigente no País, que consideram autoritário, mas também não aceitam o parlamentarismo puro. A emenda procurava fortalecer o Legislativo com poderes de censura e criava a alternativa do plebiscito como solução para eventuais conflitos entre este poder e o Executivo.

O poder de censura era amplo, abrangendo não só os ministros de Estado, como também os dirigentes de órgãos, autarquias, empresas públicas, empresas de economia mista e integrantes da Magistratura e do Ministério Público.

A direção superior da Administração Federal caberia ao Presidente da República, que seria eleito simultaneamente com o vice, por eleição direta em sufrágio universal e secreto em todo o País, para um mandato de quatro anos, permitida uma única reeleição. A delimitação do mandato e a censura foram retiradas pelo deputado, numa última tentativa de aglutinar apoio à emenda.

A retirada dessas duas partes, contudo, era uma estratégia armada com o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, que tinha emenda para ser votada em seguida.

## EMENDA VIVALDO BARBOSA

### Voto na Sistematização

# SIM



**PMDB:**  
Alfredo Campos  
Carlos Sant'Anna  
Fernando Bezerra Coelho  
João Calmon  
José Freire  
José Geraldo  
Manoel Moreira  
Milton Reis  
Nilson Gibson  
Raimundo Bezerra  
Renato Vianna

Rodrigues Palma  
Theodoro Mendes  
**PFL:**  
Christovam Chiaradia  
Edme Tavares  
Eraldo Tinoco  
Inocêncio Oliveira  
José Lourenço  
Luiz Eduardo  
Oscar Correa  
Osvaldo Coelho  
Paulo Pimentel  
Enoc Vieira  
Jofran Frejat  
Jonas Pinheiro  
José Tinoco  
**PDS:**  
Darcy Pozza  
Jarbas Passarinho  
José Luiz Maia  
Virgílio Távora  
**PDT:**  
Brandão Monteiro  
José Maurício  
Lysaneas Maciel  
**PT:**  
Luis Ignácio Lula da Silva  
Plínio Arruda Sampaio  
**PL:**  
Adolfo Oliveira

# NÃO



**PMDB:**  
Abigail Feitosa  
Ademir Andrade  
Almir Gabriel  
Aluizio Campos  
Antônio Brito  
Artur da Távola  
Bernardo Cabral  
Carlos Mosconi  
Celso Dourado  
Cid Carvalho  
Cristina Tavares  
Egídio Ferreira Lima  
Fernando Gasparian  
Fernando Henrique Cardoso  
Fernando Lyra  
Francisco Pinto  
Haroldo Sabóia  
Ibsen Pinheiro  
João Herrmann Neto  
José Fogaca  
José Ignácio Ferreira  
José Paulo Bisol

José Richa  
José Serra  
José Ulisses de Oliveira  
Mário Lima  
Nelson Carneiro  
Nelson Jobim  
Nelson Friedrich  
Osvaldo Lima Filho  
Paulo Ramos  
Pimenta da Veiga  
Severo Gomes  
Sigmaringa Seixas  
Virgildáσιο de Senna  
Wilson Martins  
**PFL:**  
Afonso Arinos  
Aloysio Chaves  
Mendes Thame  
Arnaldo Prieto  
Carlos Chiarelli  
José Jorge  
José Lins  
José Thomaz Nonô  
Marcondes Gadelha  
Mário Assad  
Sandra Cavalcanti  
**PDS:**  
Antônio Carlos Konder Reis  
Gerson Peres  
**PTB:**  
Francisco Rossi  
Gastone Righi  
Joaquim Bevilacqua  
**PDC:**  
Siqueira Campos  
**PC do B:**  
Haroldo Lima  
**PCB:**  
Roberto Freire  
**PSB:**  
Jamil Haddad  
**PMB:**  
Antônio Farias

## General Ivan desmente Richa

O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan de Souza Mendes, disse ontem à noite ao *CORREIO BRAZILIENSE* que não tem qualquer fundamento a notícia de que ele teria dito ao senador José Richa (PMDB-PR) que as Forças Armadas estariam preocupadas com a hipótese de que "o processo não se sustente até 1988", motivo pelo qual a saída seria eleições no próximo ano.

"A notícia é impropriedade" — disse o general, referindo-se à matéria publicada na edição de ontem do *Jornal do Brasil*, sob o título "Richa diz que militares acham eleição em 88 a saída". O ministro-chefe do SNI é citado, na abertura da matéria sem assinatura, como tendo transmitido ao senador paranaense a suposta preocupação das Forças Armadas.

Mendes não tratou deste tema com Richa, segundo garantiu, desautorizando a imprensa. "Em



Ivan negou ter dito o que Richa lhe atribuiu



público e em particular eu nunca fiz tais declarações a quem quer que seja, e muito menos o faria expondo o pensamento das Forças Armadas, que só se manifestam através de seus comandantes" — assegurou o chefe do SNI, negando procedência à matéria.

Segundo o *JB*, no cafezi-

nho da Câmara dos Deputados, na quinta-feira, o senador Richa estava respondendo perguntas do deputado José Carlos Sabóia (PMDB-MA) e do ex-deputado Márcio Santilli, quando teria citado o general Ivan Mendes, como autor de um "resumo do pensamento dos militares".



Soldados diante do Planalto: apenas um ensaio para a troca da Bandeira

## Presença de soldados assusta

Ontem de manhã, enquanto os parlamentares discutiam e votavam qual o sistema de governo a ser adotado pela nova Constituinte brasileira, a pouco mais de 200 metros, na Praça dos Três Poderes, cerca de dois mil soldados do Exército ocupavam a área, sob a coordenação do Comando Militar do Planalto.

A primeira vista, parecia até que o episódio de Apucarana (PR) estava sendo repetido no Distrito Federal, trocando-se a prefeitura daquela localidade pelo Palácio do Planalto. Mas, segundo informações do major Calazans, tudo não passava de um simples en-

saio da solenidade mensal de troca da gigantesca Bandeira Nacional, a acontecer no próximo domingo, sob a responsabilidade do Exército.

"Agora vamos fazer a chegada do governador. Faz o dr. José Aparecido ai!", gritou o major a um colega. As trombetas dou-radas foram tocadas e um outro major, fazendo-se passar pelo "Dr. Aparecido", caminhou por entre duas fileiras de soldados e subiu ao palanque. O treinamento foi realizado das 11 às 12 horas, tempo considerado suficiente pelo major Calazans para repassar os 11 pontos da seqüência

da programação de domingo.

Também no domingo a solenidade está programada para durar exatamente uma hora, sendo iniciada às 9h15, com a chegada das autoridades. Estão ainda previstas demonstrações de Educação Física, e de Ordem Unida sem Voz de Comando, deslocamento e apresentação da Guarda de Honra, Canto da Canção do Exército, evolução da Guarda de Honra em frente à Bandeira, leitura de texto de exaltação à Bandeira, hasteamento do Pavilhão Nacional, arriação da Bandeira substituída e desfile da Guarda de Honra.

## Novas tentativas falham

A rejeição das emendas presidencialistas do PDT, de autoria dos deputados Vivaldo Barbosa e Brandão Monteiro, foi seguida de duas outras tentativas de aprovar esse sistema de Governo, através de destaques do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Os autores das emendas, contudo, as retiraram, embora ambas chegassem a entrar em processo de votação.

Uma das emendas era do deputado Vivaldo Barbosa (a mesma rejeitada, porém na íntegra) e a outra do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), apon-

tada há meses como a que mais satisfazia ao Governo. A proposta deixa claro que tanto a chefia do Estado como a do Governo seriam de competência do Presidente da República.

No voto de censura do Congresso, Theodoro Mendes preserva o Gabinete Civil da Presidência da República e os ministérios militares. Estabelece, ainda, que a moção de censura somente poderia ser requerida por um terço dos congressistas e mesmo assim "desde que fundamentada em fato certo". Quanto ao mandato do Presidente da República, era fixado em cinco anos.